



Paisagem e progresso em fricção: a emergência das ruínas de Canudos.

Lucas Brito Lago¹

Resumo:

O artigo apresenta uma investigação sobre a aparição das ruínas de Canudos nas águas do Açude de Cocorobó como acontecimento capaz de reabrir embates entre progresso, memória e paisagem. A partir da aproximação entre o método da montagem, tal como proposto por Paola Berenstein Jacques (2015), e os estudos multiespécies formulados por Anna Lowenhaupt Tsing (2019), articulam-se fragmentos materiais, registros arqueológicos, documentos técnicos e narrativas históricas para compreender como a emergência das ruínas configura uma fórmula de afeto e formas de socialidade mais-que-humanas. A investigação, de caráter qualitativo, discute as circunstâncias da aparição da cidade submersa de Canudos, que voltou a tornar-se visível pela primeira vez nos anos 1990, logo após o centenário de fundação da cidade, bem como as condições que tornaram possível tal emergência. Ao colocar em relação temporalidades não lineares, evidencia-se como infraestruturas de progresso, como o Açude de Cocorobó, inscrevem-se simultaneamente como gesto modernizador e como condição material para a reaparição da cidade submersa. O interesse central é compreender como a aparição das ruínas recoloca em fricção os projetos de modernização e progresso — materializados pelas infraestruturas de contenção hídrica — e as memórias de uma cidade marcada pela violência e pelo apagamento histórico. Nesse emaranhado de relações entre paisagem, infraestrutura e memória, as ruínas deixam de operar apenas como vestígios do passado ou como monumento histórico-documental e passam a configurar um acontecimento capaz de reativar disputas históricas inscritas no território. Assim, Canudos aparece não apenas como ruína histórica, mas como paisagem em que contrastes entre humanos, mais-que-humanos e infraestruturas do progresso continuam a ser atualizados.

Palavras-chave:

Canudos; Açude do Cocorobó; Paisagem; Memória; Socialidades mais-que-humanas.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU-UFBA), com bolsa de pesquisa da CAPES, lucas.brlago@gmail.com.



1. Introdução

Este artigo parte da aparição das ruínas de Canudos nas águas do Açude de Cocorobó para analisar as tensões entre infraestruturas do progresso, paisagem e memória. O interesse central do trabalho é compreender como o gesto de aparição das ruínas, em meio às águas, recoloca em cena o embate entre a narrativa do progresso, materializada através das infraestruturas de contenção hídrica, e as memórias de uma cidade cuja história foi marcada pela violência e pelo apagamento. Ao mesmo tempo, busca-se situar a paisagem como elemento ativo a partir do qual é possível contar histórias em que os humanos não são os únicos protagonistas. Para tanto, é necessário compreendê-la como uma forma de socialidade mais-que-humanas, e não apenas como pano de fundo dos acontecimentos humanos, conforme bem nos apontou a antropóloga Anna Lowenhaupt Tsing (2019).

As ruínas da cidade de Canudos — submersa após a construção do Açude de Cocorobó — tornaram-se visíveis novamente pela primeira vez na década de 1990, pouco depois das comemorações do centenário de fundação da cidade histórica. As circunstâncias dessa reaparição não poderiam ser mais emblemáticas: a cidade, destruída duas vezes — primeiro pelo massacre militar ocorrido em 1897 e, posteriormente, pela submersão provocada pelas águas do açude — voltava a aparecer na paisagem. O reservatório responsável por essa submersão foi projetado décadas após a guerra. A construção do Açude de Cocorobó começou a ser gestada ainda na década de 1940, no contexto das políticas de açudagem destinadas a conter e regularizar o fluxo do rio Vaza-Barris. As obras tiveram início em 1951 e se prolongaram por quase duas décadas, atravessando diferentes contextos políticos, inclusive o período da ditadura civil-militar brasileira. Em 1969, após um período de chuvas intensas, o reservatório atingiu sua capacidade máxima e a cidade então existente — conhecida como a segunda Canudos, erguida ao longo do século XX sobre as ruínas do antigo arraial de Belo Monte — foi completamente submersa pelas águas do açude. A partir desse momento, as estruturas remanescentes da cidade passaram a permanecer no fundo do reservatório. Durante cerca de duas décadas, os vestígios arquitetônicos da cidade permaneceram invisíveis sob as águas do Cocorobó. Apenas na década de 1990, em circunstâncias associadas à diminuição do nível do reservatório, as ruínas voltariam a tornar-se visíveis, reinscrevendo a presença material de Canudos na paisagem da região.

A emergência dessas ruínas pode ser compreendida como um acontecimento que evidencia a complexa articulação entre temporalidades históricas, transformações ambientais e disputas simbólicas em torno do território. A cidade destruída retorna como presença material, mas também como problema histórico, político e epistemológico: ao reaparecer, Canudos desloca as narrativas consolidadas sobre progresso, desenvolvimento e modernização. Nesse sentido, a aparição das ruínas atua como um operador analítico capaz de recolocar em fricção diferentes regimes de leitura da história e memória dos projetos modernizadores de intervenção e modelação territorial. De um lado, as infraestruturas de contenção hídrica — como o próprio açude de Cocorobó — foram historicamente associadas a projetos de modernização do semiárido e a políticas de controle territorial. Por outro, a reaparição da cidade submersa reativa memórias e narrativas que desafiam essas mesmas narrativas desenvolvimentistas, evidenciando que os processos históricos de destruição e reorganização territorial permanecem inscritos na paisagem.

A crítica ao progresso proposta pela antropóloga Anna Lowenhaupt Tsing (2022) oferece uma chave importante para compreender essa fricção. Como observa a autora, os projetos modernos de progresso tendem a selecionar determinados acontecimentos como parte da história e a relegar outros à invisibilidade. A narrativa do progresso funciona, nesse sentido, como um dispositivo de ordenação temporal que privilegia determinadas trajetórias históricas em detrimento de outras. Ao reconhecer que múltiplas temporalidades coexistem na paisagem, torna-se possível observar as ruínas não apenas como vestígios do passado, mas como elementos ativos na composição de histórias que



continuam em curso. Assim, a paisagem deixa de ser compreendida como cenário passivo e passa a ser entendida como um campo de relações em que diferentes agentes — humanos e mais-que-humanos — participam da produção de sentidos históricos. Essa perspectiva permite deslocar a análise da cidade destruída para um campo mais amplo de interações entre infraestruturas, processos ecológicos, memórias coletivas e disputas territoriais.

A aparição das ruínas de Canudos nas águas do Açude de Cocorobó constitui um acontecimento que permite observar, de maneira particularmente explícita, as tensões entre memória histórica, transformações territoriais e infraestruturas associadas aos projetos de progresso no semiárido brasileiro. Ao emergirem na superfície das águas, os vestígios da cidade destruída recolocam em circulação narrativas, imagens e práticas que reativam a presença de Canudos no presente. Trata-se de um processo que envolve a articulação entre diferentes temporalidades históricas e diferentes regimes de visibilidade. Olhar para Canudos a partir da perspectiva é reconhecer que trata-se de um contexto em que múltiplas histórias se entrelaçam: histórias do massacre da cidade no final do século XIX e seus desdobramentos histórico-políticos, das políticas de açudagem no Nordeste, das transformações ecológicas da Caatinga e das práticas sociais que continuam a se desenvolver no entorno do reservatório. Nesse sentido, a aparição das ruínas atua como um ponto de convergência entre diferentes campos de disputa. Ela mobiliza o interesse de pesquisadores, arqueólogos e historiadores que buscam compreender a materialidade da cidade destruída. Ao mesmo tempo, reativa práticas sociais e religiosas que atribuem às ruínas um significado simbólico e político específico.

2. Montagem Urbana

As montagens urbanas operam através da associação entre fragmentos e diferentes materialidades residuais da cidade como forma de conhecimento (JACQUES, 2015). Para propor essa noção, a pesquisadora Paola Berenstein Jacques (2015) toma como referência tanto a montagem surrealista quanto a realizada por Aby Warburg através do *Atlas Mnemosyne*, além das montagens literárias de Walter Benjamin, este último voltado mais detidamente à cidade.

A escolha pela montagem enquanto método deste trabalho responde à necessidade de lidar com objetos que se apresentam de forma descontínua e fragmentária. A própria cidade de Canudos é exemplar nesse sentido, uma vez que sua história material aparece atravessada por sucessivos processos de destruição, reconstrução e submersão, fazendo com que seus vestígios se manifestem sob formas dispersas: ruínas arquitetônicas, fotografias históricas, documentos técnicos, registros arqueológicos, narrativas literárias e testemunhos orais. A montagem permite articular esses diferentes materiais sem reduzir a complexidade das temporalidades implicadas em cada um deles.

Nessa investigação, a montagem possibilita inicialmente tomar a aparição das ruínas como uma fórmula de afeto, ou um *pathosformel*, nos termos warburgianos. Para Aby Warburg (2015), a discussão sobre a sobrevivência das imagens permite compreender as *pathosformeln* como formas visuais capazes de condensar e transmitir intensidades afetivas ao longo do tempo, reaparecendo em contextos históricos distintos. Pensar a emergência das ruínas de Canudos a partir dessa chave permite compreender a aparição dos arcos da igreja sobre as águas não apenas como um fato material, mas como uma imagem capaz de concentrar temporalidades heterogêneas e de mobilizar afetos históricos.

A partir dessa perspectiva, torna-se possível criar associações que envolvem um conjunto de imagens produzidas durante a aparição dos arcos da igreja da antiga cidade de Canudos sobre as águas, materiais de jornais e sites que noticiaram e repercutiram tal acontecimento, assim como textos acadêmicos que se detiveram sobre o evento, seus efeitos e desdobramentos. Compreendendo esses materiais enquanto fragmentos residuais da própria cidade desaparecida, tal como explicitou Jacques



(2016), a partir de Walter Benjamin, operamos por meio da associação entre registros que, de distintas maneiras, se relacionam com a emergência das ruínas — seja temporal, contextual ou historicamente.

A montagem, nesse sentido, não constitui apenas um procedimento formal de organização do material levantado, mas também um modo de produzir conhecimento a partir da fricção entre diferentes tempos históricos. Ao colocar em relação materiais produzidos em contextos distintos — como descrições literárias do século XIX, registros fotográficos do século XX e observações contemporâneas da paisagem — torna-se possível visualizar a persistência de determinadas configurações históricas que atravessam as transformações do território. Esse procedimento permite também deslocar a análise da cidade destruída para um campo mais amplo de relações entre materialidade, memória e paisagem.

Assim, faz-se possível visualizar que o contraste e o confronto entre determinadas configurações presentes na cidade de Canudos e certas infraestruturas de progresso operam transversalmente e atravessam as transformações históricas. A própria construção do açude de Cocorobó, que no discurso técnico aparece como um marco de modernização do território, torna-se um elemento que reorganiza as condições materiais de visibilidade da cidade destruída. Essa abordagem metodológica nos permite desenvolver uma leitura que associa o açude simultaneamente a um projeto de progresso e a uma assembleia de múltiplos agentes (TSING, 2019) que, de diferentes maneiras, constituem a paisagem. Em um mesmo plano, torna-se possível considerar as condições materiais e ecológicas — variações das águas, ciclos climáticos, solos e vegetação — que participam das circunstâncias nas quais a cidade submersa volta a aparecer.

3. Canudos como paisagem mais-que-humana

De quais gestos uma paisagem é capaz? A aparição das ruínas de uma cidade submersa não seria, antes de mais nada, um gesto da paisagem? Ao olhar a paisagem a partir dessas questões, torna-se possível compreender a emergência das ruínas como parte de um emaranhado mais amplo de relações entre humanos e mais-que-humanos. As águas do reservatório que recuam e avançam, os sedimentos que se acumulam no fundo do reservatório e a vegetação que recobre ou revela as estruturas arquitetônicas da cidade submersa participam do processo de reinscrição de Canudos na memória coletiva. Essa abordagem dialoga diretamente com a proposta de Anna Lowenhaupt Tsing (2019) de compreender a paisagem como o gráfico da atuação de múltiplas histórias conjuntas, humanas e não humanas. A relação entre Cocorobó e as ruínas da cidade pode ser observada como uma configuração emergente dessa paisagem multiespécies, na qual diferentes agentes participam da produção de sentidos históricos. Nesse contexto, as relações entre águas, sedimentos, arquitetura, vegetação e regimes climáticos podem ser compreendidas como formas de socialidade mais-que-humanas que participam da reinscrição da cidade na paisagem.

A observação desse processo revela a existência de diferentes campos de tensão que atravessam a emergência das ruínas. Há uma tensão entre as infraestruturas do progresso — representadas pelo açude e pelas políticas de desenvolvimento associadas à sua construção — e as memórias da cidade destruída. Observa-se também uma tensão entre as tentativas de enquadramento arqueológico e patrimonial das ruínas e a dimensão afetiva da aparição enquanto acontecimento que escapa ao controle institucional. A própria visibilidade das ruínas evidencia ainda a participação de processos mais-que-humanos que tornam possível sua aparição. A variação do nível das águas, os ciclos climáticos da região e as transformações ecológicas do território participam diretamente das circunstâncias nas quais a cidade submersa volta a aparecer.



Imagem 1 - Ruínas de Canudos ao lado do Açude Cocorobó, com embarcações de pescadores ao fundo. Fotografia realizada em 24 de janeiro de 2023. Fonte: acervo pessoal.

Mas afinal, quais seriam essas circunstâncias e contingências capazes de fazer a cidade emergir das águas? Em uma reportagem publicada pela Folha de S. Paulo, em 23 de junho de 1994, a própria manchete traz o enunciado direto que responde a essa última questão nesses mesmos termos: “Seca faz Canudos emergir após 28 anos”. A equação, portanto, é a seguinte: a seca, termo usado para referir baixos ou inexistentes índices pluviométricos em determinadas épocas, faz com que o volume de água do açude comece a diminuir gradativamente, fazendo assim com que as ruínas emergjam.

Se seguirmos as pistas de uma “Cronologia das secas no Nordeste”, realizada pelo DNOCS, encontramos o registro de três grandes secas que atingiram o Nordeste do país após 1969, quando ocorreu a submersão completa da cidade pelo açude. A primeira dessas secas ocorreu já nos anos 1970, um ano após a completa submersão da cidade. Uma segunda seca ocorreu entre os anos de 1979 e 1984 e foi uma das mais duradouras que atingiram a região no último século. Entretanto, nesse período não encontramos registros que façam menção à aparição das ruínas. Houve ainda uma terceira seca, iniciada em 1993 e que atingiu grande parte da região Nordeste, um ano antes do momento em que surgem os primeiros registros sobre a aparição das ruínas em reportagens de jornais e fotografias, o que nos permite associá-la diretamente a aparição das ruínas, como já sinalizava a reportagem.

Todavia, apesar dessa equação corriqueira que associa diretamente a seca à emergência das ruínas, e da confirmação oferecida pela cronologia do órgão responsável pela construção do Açude de Cocorobó, talvez seja necessário colocar essa fórmula em suspeição, ao menos no que diz respeito a seus termos. Por se constituir enquanto um substantivo, seca pode tornar-se sujeito da ação ou uma força capaz de tornar viável uma ação intransitiva de um sujeito — ou seja, de fazer aparecer as ruínas. Assim, é preciso lembrar que foi justamente em nome do combate à seca que as políticas de açudagem no Nordeste foram justificadas, e foi nesse sentido que o Cocorobó foi construído e submergiu a cidade.



Em uma publicação que analisa os projetos desenvolvidos pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, Olímpio (2024) demonstra como as intervenções do órgão partem do argumento da Caatinga como um bioma a ser combatido, através da ideia da seca como um problema a ser solucionado pelo Estado. A partir dessa concepção, desenvolveu-se um conjunto de infraestruturas como a açudagem e a construção de rodovias na região. Para o autor, as intervenções desenvolvidas pelo DNOCS revelam uma arquitetura específica para o semiárido brasileiro voltada ao controle de fluxos: os açudes para conter os fluxos de água e as rodovias para regular os fluxos humanos e a circulação de mercadorias. Essas infraestruturas configuram, portanto, formas específicas de organização territorial que intervêm diretamente na composição da paisagem. Embora não cite diretamente o Açude de Cocorobó, as questões apresentadas por Olímpio (2024) a respeito das obras do DNOCS são particularmente pertinentes para pensar esse caso específico, uma vez que a construção do açude se insere diretamente na política desenvolvida pelo órgão federal.

Além da questão do uso negativo da seca enquanto mecanismo de moldar e controlar esse lugar, há uma segunda questão que nos faz problematizar a relação direta de causa e efeito implicada na fórmula segundo a qual “a seca faz Canudos emergir”. A seca não se constitui propriamente como uma causa linear, mas como a nomeação de um conjunto de consequências sociais, políticas, ecológicas e climáticas associadas à ausência de chuva em determinados períodos. Olhar para a paisagem de forma complexa é reconhecer os múltiplos agentes envolvidos, tomando a própria paisagem como protagonista.

É nesse ponto que a noção de paisagem formulada por Anna Tsing se torna decisiva para ampliar a leitura desse território. Para a autora, paisagem deve ser lida como uma composição histórico-material produzida por ações humanas e não humanas, intencionais e não intencionais, na qual se acumulam camadas de trabalho, destruição, cooperação e sobrevivência (Tsing, 2019). Paisagens são formadas por fricções: encontros entre projetos distintos de fazer-mundo que se impõem uns sobre os outros sem jamais eliminar completamente as diferenças locais. Nesse sentido, a paisagem do Cocorobó pode ser compreendida como resultado da fricção entre um projeto estatal de controle das águas e os regimes atmosféricos próprios da Caatinga, bem como entre infraestruturas técnicas e formas históricas de habitar o território.

Além disso, o embate entre história e memória da cidade também se inscreve aqui: as ruínas da cidade compartilham com o rio Vaza-Barris histórias de cooperação e embates contra o progresso. A cidade de Canudos surgiu às suas margens. Foi no seu leito que também houve o massacre que levou à destruição da primeira formação da cidade. Próximo de onde se encontram aquelas ruínas, as águas do Vaza-Barris são represadas, o que fez com que cobrisse os vestígios das duas primeiras formações de Canudos. Cidade e rio conformam a paisagem através de relações ao mesmo tempo geográficas e históricas. Implica projetos de progresso, como as infraestruturas de contenção hídrica do açude, através da interdependência entre geografias, história, memória material, corpos d’água, humanos e não humanos.

Ao insistir que paisagem é uma “reunião em formação”, Tsing recupera a genealogia política do termo paisagem como espaço de deliberação sobre aquilo que importa, estendendo essa noção para além do humano e incluindo nela assembleias multiespécies (Tsing, 2019). A paisagem passa a ser entendida como o lugar onde se decide materialmente quais formas de vida prosperam e quais se tornam invisíveis. Projetos de progresso, como a construção do açude de Cocorobó, não atuam apenas sobre um espaço físico, mas reorganizam essa reunião, redistribuindo fluxos de água, regimes de visibilidade e condições de habitabilidade. Nessa chave, as ruínas de Canudos não são apenas vestígios históricos submersos, mas elementos ativos desta assembleia. A paisagem deixa de ser lida como resultado direto da seca ou como consequência linear de um projeto técnico, passando a ser compreendida como um campo de relações no qual a cidade submersa continua a produzir efeitos, mesmo quando não está continuamente visível.



Assim, a aparição das ruínas pode ser compreendida como efeito dessa fricção entre um projeto de controle e um regime ambiental que não se deixa estabilizar completamente. A cidade emerge não como gesto simbólico isolado, mas como gesto produzido pela própria paisagem, formado por coordenações históricas instáveis entre águas represadas, chuvas sazonais, arquitetura submersa e modos de existência que continuam a habitar esse território.

4. Aparição das ruínas da Igreja e as condições de visibilidade

Entre os diferentes fragmentos mobilizados por essa montagem da paisagem, as imagens fotográficas e descrições literárias desempenham um papel decisivo na construção pública da visibilidade da cidade, especialmente se tomarmos a Igreja enquanto marcador visual dessa aparição. Uma das primeiras imagens da aparição das ruínas é uma fotografia realizada por Evandro Teixeira em 1994. Nela, os arcos da igreja de Santo Antônio aparecem sobre a superfície das águas em gesto de ascensão. Essa imagem integra um projeto mais amplo realizado pelo fotógrafo ao longo dos anos 1990, no qual registrou não apenas os vestígios materiais da cidade submersa, mas também os sobreviventes do massacre e as transformações da paisagem sertaneja ao longo do século XX.

A imagem dos arcos emergindo da água se tornou rapidamente uma das representações mais emblemáticas da volta da cidade ao campo do visível. Ela condensa, de maneira particularmente potente, a relação entre destruição e sobrevivência que marca a história de Canudos. Ao evidenciar a persistência material da cidade destruída, a fotografia sugere o retorno inesperado de algo que havia sido considerado definitivamente apagado pela história.

Esse gesto de aparição mobiliza também uma série de afetos públicos. Sempre que cidades submersas voltam a se tornar visíveis, fragmentos arquitetônicos emergem no horizonte — muitas vezes torres de igrejas, campanários ou outras estruturas elevadas — que funcionam como marcos visuais da cidade desaparecida. No caso de Canudos, a aparição dos arcos da igreja de Santo Antônio assume um caráter particularmente expressivo. A igreja constitui um espaço central na organização social e política da cidade histórica. A exposição de suas ruínas reintroduz no presente uma materialidade diretamente associada à experiência coletiva que marcou a formação de Belo Monte.

A circulação dessas imagens em livros, reportagens e arquivos pessoais amplia o alcance público da aparição das ruínas e contribui para consolidar certos enquadramentos visuais através dos quais Canudos passa a ser percebida no presente.

Entretanto, a emergência contemporânea dessas imagens da ruína encontra um contraponto importante nos registros produzidos no momento da própria destruição da cidade. Nos únicos registros fotográficos de Belo Monte que sobreviveram, realizados por Flávio de Barros — fotógrafo enviado pelo exército para cobrir o massacre —, tanto a Igreja de Santo Antônio, também conhecida como igreja velha, quanto a igreja nova aparecem após serem bombardeadas pelo exército. No momento do ataque, os habitantes de Belo Monte estavam construindo uma segunda igreja, a igreja de Bom Jesus.



Imagem 2 - Aparição das ruínas da Igreja de Canudos durante a seca de 1994, primeira vez que as ruínas aparecem desde a submersão completa da cidade em 1969. Fotografia de Evandro Teixeira (Matriz - Negativo), Açude de Cocorobó, Canudos (BA), 1994. Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural.

A descrição euclidiana da igreja nova é uma das passagens mais famosas do livro *Os Sertões*:

Começou a erigir-se à igreja nova. (...) Defrontando o antigo, o novo templo erguia-se no outro extremo da praça. Era retangular, e vasto, e pesado. As paredes mestras, espessas, recordavam muralhas de reduto. Durante muito tempo teria essa feição anômala, antes que as duas torres muito altas, com a ousadia de gótico rude e imperfeito, o transfigurassem. (...) Delineara-a o próprio Conselheiro. Velho arquiteto de igrejas, requitara no monumento que lhe cerraria a carreira. Levantava, volvida para o levante, aquela fachada estupenda, sem módulos, sem proporções, sem regras; de estilo indecifrável; mascarada de frisos grosseiros e volutas impossíveis cabriolando num delírio de curvas incorretas; rasgada de ogivas horrorosas, esburacada de troneiras; informe e brutal, feita e testada de um hipogeu desenterrado; como se tentasse objetivar, a própria desordem do espírito delirante. (Cunha, 2021 [1902], p. 184)

A igreja nova é, para o autor, um dispositivo narrativo para contar sobre o estopim do massacre: a construção da igreja de alvenaria necessitava que os materiais para a sua construção fossem adquiridos em cidades próximas, o que teria chamado a atenção de autoridades e outras figuras locais para a existência e os modos de funcionamento da então cidade em formação. Além disso, a descrição euclidiana da igreja pode ser vista também como uma amostra do modo como o



autor entendia a própria cidade e o movimento político insurgente em Canudos: uma descrição que inscreve Canudos na legibilidade da cosmovisão moderna à medida que a revela como o seu avesso, através de imagens como a anomalia, a desproporção, o informe e o delírio. Em *Os Sertões* (2021 [1902]), o sentido de denúncia da violência do massacre passa por denunciar também as condições da própria cidade, que ambigualmente aparece entre a loucura social e a miséria, a fome e a escassez, bem como as condições ambientais e climáticas pouco favoráveis à existência humana.

A exposição dos arcos da Igreja sob as águas, anunciando a volta das ruínas da cidade, reorganiza, portanto, certo campo de visibilidade do território. As imagens fotográficas da aparição das ruínas — que, após a fotografia de Evandro Teixeira, só viriam a se multiplicar, replicando a mesma configuração de afeto — assumem um papel particular, pois condensam visualmente o gesto de emergência da cidade submersa e oferecem um ponto de entrada privilegiado para observar os regimes de visibilidade que passam a organizar a percepção histórica da paisagem. Nesse sentido, a aparição das ruínas não constitui apenas um evento material, mas também um acontecimento visual que reinscreve materialmente Canudos na paisagem contemporânea da Caatinga.

5. Romarias e Arqueologia: confluências da aparição

A partir do momento da aparição das ruínas da cidade de Canudos, nos anos 90, passou a se realizar romarias para visitar as ruínas, surgindo novamente movimentos de deslocamento em direção a Canudos — não mais para formar uma cidade, mas para encontrá-la. No acervo do Instituto Popular Memorial de Canudos (IPMC), é possível encontrar fotografias que registram uma missa celebrada nas ruínas da igreja já em 1996, bem como registros de protestos e místicas realizadas diretamente no local das ruínas. Em uma reportagem da *Folha de S. Paulo* datada de 18 de novembro de 1999, encontra-se o relato de que desde o ano de 1996, com a diminuição do regime de chuvas, as ruínas permanecem acessíveis à população. Diferente das imagens de 1994, em que apenas os arcos da Igreja de Santo Antônio aparecem sobre as águas, a partir de 1996 as ruínas da igreja já estavam em terra firme e podiam, portanto, ser frequentadas. Em tal reportagem, registra-se que as duas igrejas (a de Santo Antônio e a de Bom Jesus), bem como um cruzeiro, encontravam-se descobertos. A reportagem destaca ainda uma romaria com cerca de 900 pessoas que teria acontecido uma semana antes nas ruínas.

Essas romarias revelam um campo de articulações entre memória histórica, religiosidade e luta sociopolítica e a afirmação de outros modos de existência. Algumas delas foram organizadas pelo padre Enoque José de Oliveira, cuja trajetória pastoral e política em Monte Santo, desde o início dos anos 1980, constrói-se a partir de uma leitura explícita de Canudos como experiência histórica de organização popular e enfrentamento ao latifúndio. Vinculado às Comunidades Eclesiais de Base e à criação do Movimento Popular e Histórico de Canudos, Enoque articulou celebrações religiosas, encontros formativos e ações públicas que reinscreviam a memória da cidade como horizonte de justiça social e de reivindicação territorial (Duarte; Ribeiro, 2022). Celebrações como a “Missa dos Mártires de Canudos”, realizadas pelo padre desde meados dos anos 80, operam, nesse contexto, simultaneamente como ritual religioso e como dispositivos de memória e organização política.

O que singulariza esse conjunto de práticas — e complexifica sua leitura retrospectiva — é o fato de que elas foram sistematicamente acompanhadas e registradas pelos aparatos estatais de vigilância. Documentos produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) monitoraram a atuação do padre Enoque, as celebrações públicas, o Movimento Popular e Histórico de Canudos e a circulação de materiais políticos e pedagógicos associados às lutas camponesas. O padre Enoque também viria a perder o direito ao sacerdócio, mas ainda assim continuou a realizar missas nos anos 90 de caráter político, agora ancoradas na inflexão da aparição material das ruínas da cidade.



Imagem 3 - Missa nas ruínas. 1996. Foto: Ir. Cirila Zambon. Fonte: acervo do IPMC.

Segundo a referida reportagem da Folha de S. Paulo, as atividades nas ruínas parecem preocupar os arqueólogos, que temem a depredação do que consideravam como um sítio arqueológico, local para o qual solicitavam medidas de tombamento. Paralelamente às romarias e às mobilizações religiosas e políticas que passaram a ocorrer no local, a exposição das ruínas também mobilizou pesquisadores interessados em registrar e interpretar os vestígios materiais da antiga cidade. O rebaixamento periódico das águas do Açude de Cocorobó, a partir da década de 1990, criou condições excepcionais para a observação direta de vestígios materiais da cidade de Canudos, submersa desde a construção do reservatório. Esses episódios de estiagem passaram a mobilizar pesquisadores das áreas de arqueologia, história e patrimônio, interessados em registrar, interpretar e preservar as estruturas arquitetônicas e os artefatos que voltavam temporariamente à superfície.

É a partir desse quadro de pesquisas associadas à baixa do açude que se insere o projeto sistematizado no relatório *Arqueologia e Reconstrução Monumental do Parque Estadual de Canudos* (2002), desenvolvido pela Universidade do Estado da Bahia. Esse conjunto de estudos marca um segundo momento de pesquisas arqueológicas na região - o primeiro foi nos anos 80, com a cidade ainda submersa - e se estrutura em torno da emergência das ruínas nos anos 1990, que viabilizou os estudos a partir da emergência material da cidade. O relatório apresenta os resultados do projeto desenvolvido pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), por meio do Centro de Estudos Euclides da Cunha (CEEC), estruturado em duas etapas complementares: a implantação do “Parque Estadual de Canudos” e o “Salvamento Arqueológico Emergencial do antigo Arraial de Canudos”. A pesquisa teve como objetivo “reconhecer, documentar e preservar” o patrimônio arqueológico e histórico da região. O relatório destaca a identificação de vestígios de igrejas, habitações, vias e espaços coletivos, permitindo reconstituir parcialmente a malha urbana do arraial e oferecendo novos elementos para a interpretação material da experiência canudense, ampliando o campo de leituras possíveis sobre a cidade perdida. Do ponto de vista institucional, o projeto consolidou o Parque Estadual de Canudos como espaço de pesquisa e de preservação patrimonial. Os dados obtidos fundamentaram propostas



de criação de um circuito arqueológico visitável, ações de sinalização interpretativa e estratégias de conservação das estruturas expostas.

Tendo essa “confluência” de acontecimentos em torno de Canudos — para usar um conceito proposto por Antônio Bispo dos Santos (2023) —, a emergência das ruínas se conforma em um axioma político em que a cidade parece se insurgir por múltiplas frentes. Para Bispo dos Santos (2023), a confluência não é um estado, mas um modo de relação; ela não opera pela fusão nem pela síntese, mas pela coexistência ativa entre diferenças, constituindo um princípio organizador dos modos de vida quilombolas e uma alternativa radical aos regimes coloniais de separação, hierarquia e expropriação.

As ruínas, ao emergirem, tornaram-se não apenas objeto de interesse acadêmico, mas também um acontecimento capaz de reativar a tensão daquela paisagem com o progresso em distintas escalas e materialidades, oferecendo suporte material e simbólico a enunciados políticos que já estavam em circulação. Essa tensão ganha contornos ainda mais complexos quando colocamos em fricção as práticas da arqueologia e as de cunho religioso-político — essa última, inflexão mesma da fundação da própria cidade. Para os romeiros, as ruínas das igrejas são um lugar de peregrinação, ao mesmo tempo sagrado e político; para os arqueólogos, um documento da memória de um episódio histórico e que pode melhor informar sobre o episódio histórico e sobre aspectos mais amplos daquele território. A coexistência entre essas múltiplas perspectivas na mesma paisagem revela que a fricção de projetos e modos de habitar se sobrepõe e indica conformações complexas da própria paisagem.

6. Conclusão

A aparição das ruínas de Canudos nas águas do Açude de Cocorobó constitui um acontecimento que coloca em cena os embates entre progresso, memória e paisagem, reabrindo disputas sobre os significados históricos e políticos associados ao território. Ao emergirem sobre as águas do reservatório, os vestígios da cidade revelam a persistência de memórias que sobrevivem às tentativas de apagamento e evidenciam a complexa rede de relações entre processos históricos, transformações ambientais e práticas sociais que continuam a se desenvolver no entorno do açude.

A construção do açude de Cocorobó, concebida como parte de um projeto de modernização e controle das águas, passou a desempenhar um papel paradoxal na paisagem, uma vez que ao mesmo tempo em que submergiu a cidade, criou as condições materiais para que ela voltasse a aparecer. A emergência das ruínas depende de uma série de processos que ultrapassam a ação humana: a variação do nível das águas, os ciclos de seca e chuva do semiárido, o acúmulo de sedimentos no fundo do reservatório e a vegetação que cobre ou revela as estruturas arquitetônicas. Esses elementos participam diretamente das condições que tornam possível a visibilidade da cidade submersa. Sob essa perspectiva, a paisagem do açude pode ser compreendida como o resultado de uma assembleia heterogênea de agentes humanos e não humanos. As infraestruturas do progresso — representadas pela barragem e pelo reservatório — entram em relação com processos ecológicos e práticas sociais que continuamente reorganizam o território. A aparição das ruínas torna visível essa trama de relações.

Ao colocar em relação fotografias, descrições literárias, documentos técnicos e observações da paisagem contemporânea, é possível visualizar como diferentes fragmentos da cidade desaparecida continuam a operar na produção de sentidos sobre Canudos. Nesse contexto, a aparição dos arcos da igreja de Santo Antônio — registrada na fotografia de Evandro Teixeira — funciona como uma fórmula de afeto que condensa temporalidades distintas. O gesto de emergência da estrutura arquitetônica sobre as águas atualiza, na paisagem presente, a uma configuração de afeto em torno da multiplicidade temporal da cidade submersa.

Essa imagem-situação evidencia também a persistência de determinadas configurações espaciais que atravessam a história de Canudos. As descrições de Euclides da Cunha sobre a forma



urbana do arraial — frequentemente apresentada como irregular ou anômala — revelam as dificuldades das narrativas modernas em reconhecer experiências territoriais que escapam aos modelos urbanos dominantes. Quando os arcos da igreja reaparecem na superfície do açude, a cidade retorna como fragmento material, fazendo vacilar a pretensão de que o massacre e a submersão teriam encerrado definitivamente sua história. As romarias e visitas às ruínas registradas a partir da década de 1990 indicam a continuidade dessas disputas em torno da memória da cidade. Ao reunir pesquisadores, moradores e romeiros no local da antiga cidade, esses encontros transformam o sítio submerso em espaço de disputas ativa sobre formas de lidar com a memória. As ruínas deixam de funcionar apenas como objeto de investigação histórica e passam a integrar práticas coletivas de rememoração que reativam a presença de Canudos no território.

A paisagem assume, nesse contexto, um papel central na análise, configurando-se como um plano de relações no qual múltiplas histórias se entrelaçam. A emergência das ruínas evidencia que a história de Canudos continua a se atualizar na interação entre infraestruturas, ecologias e práticas sociais.

Pensar através dessas aparições implica deslocar o olhar da busca por causalidades lineares para a atenção às circunstâncias nas quais algo retorna ao campo do visível, do tocável e do perceptível e passa a operar como ponto de precipitação de afetos, narrativas e práticas. A aparição não inaugura essas forças, mas as torna sensíveis, oferecendo uma materialidade capaz de sustentar deslocamentos espirituais, políticos e materiais que já estavam em curso. Nesses contextos, certas experiências do passado tornam-se novamente apreensíveis, não como reconstrução do que foi, mas como reminiscências que exigem reconhecimento no instante de sua emergência.

A aparição das ruínas de Canudos nos anos 1990 pode ser compreendida exatamente nesse registro: ela coaduna com um momento de intensificação das disputas em torno da memória da cidade, no qual diferentes frentes de mobilização passam a reinscrevê-la. O evento, largamente involuntário ao mundo dos humanos, irrompe em um contexto atravessado por disputas, tensões e expectativas, tornando-se legível precisamente quando essas forças se condensam. Seguir essa aparição implica acompanhar o campo de contingências e circunstâncias que se organiza ao seu redor, deslocando o olhar para as práticas, os conflitos e os gestos que fazem da sobrevivência da cidade, no sentido warburguiano, um sintoma de movimentos históricos gestados tanto na memória coletiva quanto nas disputas que continuam a atravessar o território.

Landscape and progress in friction: the emergence of the ruins of Canudos

Abstract: This article investigates the appearance of the ruins of Canudos in the waters of the Cocorobó Dam as an event capable of reopening tensions between progress, memory, and landscape. By bringing into dialogue the method of montage, as proposed by Paola Berenstein Jacques (2015), and multispecies studies formulated by Anna Lowenhaupt Tsing (2019), the analysis articulates material fragments, archaeological records, technical documents, and historical narratives in order to understand how the emergence of the ruins configures a formula of affect and forms of more-than-human sociality. This qualitative investigation examines the circumstances surrounding the appearance of the submerged city of Canudos, which became visible again for the first time in the 1990s, shortly after the centenary of the city's foundation, as well as the conditions that made such an emergence possible. By placing non-linear temporalities into relation, the article shows how infrastructures of progress, such as the Cocorobó Dam, are inscribed simultaneously as gestures of modernization and as the material condition for the reappearance of the submerged city. The central objective is to understand how the appearance of the ruins brings into friction projects of



modernization and progress—materialized through water-control infrastructures—and the memories of a city marked by violence and historical erasure. Within this entanglement of landscape, infrastructure, and memory, the ruins cease to operate merely as vestiges of the past or as a historical-documentary monument and instead emerge as an event capable of reactivating historical disputes inscribed in the territory. In this sense, Canudos appears not only as a historical ruin, but as a landscape in which tensions among humans, more-than-humans, and infrastructures of progress continue to be reactivated.

Keywords: Canudos; Cocorobó Dam; Landscape; Memory; More-than-human socialities.



Referências

- BISPO DOS SANTOS, Antônio. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu, 2023.
- CANUDOS emerge após 28 anos. Folha de S. Paulo, São Paulo, 23 jun. 1996.
- CUNHA, Euclides da. Os Sertões. São Paulo: Ubu Editora, 2021.
- DUARTE, Alexandra Cardoso da Silva; RIBEIRO, Lucicleide Guimarães. Entrevista com Padre Enoque José de Oliveira. Pontos de Interrogação – Revista de Crítica Cultural, 2022.
- GOVERNO inicia o tombamento de Canudos. Folha de S. Paulo, São Paulo, 18 out. 1999.
- JACQUES, Paola Berenstein. Montagem urbana: uma forma de conhecimento das cidades e do urbanismo. Salvador: EDUFBA, 2015.
- OLÍMPIO, Leonel. Arquitetura ignota: construção e controle espacial do semiárido brasileiro. Raiz Imaginária, 2024.
- TSING, Anna Lowenhaupt. Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB; Mil Folhas, 2019.
- TSING, Anna Lowenhaupt. O cogumelo do fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. São Paulo: N-1 Edições, 2022.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB). Centro de Estudos Euclides da Cunha (CEEC). Arqueologia e reconstrução monumental do Parque Estadual de Canudos. [S.l.]: UNEB/CEEC, 2002.